



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

## PALÁCIO VEREADOR EUCLIDES MODENEZI

Avenida Vaticano, 1135 - Jardim Pilar  
CEP 18406-380 - Itapeva / São Paulo



**Projeto de Lei 152/2025** - Vereador Júlio Ataíde - Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.

APRESENTADO EM PLENÁRIO. . . . . : 13/09/25

RETIRADO DE PAUTA EM . . . . . :      /      /     

### COMISSÕES

JSP RELATOR: Cleusa DATA: 23/09/25  
EDC RELATOR: Vic Smeos DATA: 21/10/25  
RELATOR:      DATA:      /      /     

Discussão e Votação Única:      /      /     

Em 1.ª Disc. e Vot.: 23/10/25 - 69150

Rejeitado em . . . :      /      /     

Lei n.º . . . : 5391 / 25

69150  
Em 2.ª Disc. e Vot. : 03/11/25

Autógrafo N.º 128 :      /      /     

Ofício N.º : 387 em 04/11/25

Sancionada pelo Prefeito em: 28/11/25

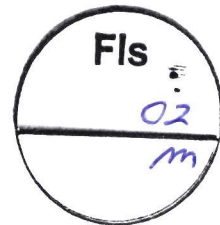
Veto Acolhido ( ) Veto Rejeitado ( ) Data:      /      /     

Promulgada pelo Pres. Câmara em:      /      /     

Publicada em: 28/11/25

### OBSERVAÇÕES

Deputado



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

---

### **MENSAGEM**

**Excelentíssimos Senhores Presidentes das Comissões Permanentes,**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores,**

A participação de Itapeva nesse circuito confere visibilidade à gastronomia local e contribui diretamente para o fortalecimento da economia criativa, do empreendedorismo e da identidade cultural do Município.

Com a institucionalização do Mês do Turismo Gastronômico, pretende-se criar um ambiente fértil para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a preservação dos saberes culinários tradicionais, a valorização dos estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas, e o estímulo ao turismo regional como vetor de geração de emprego, renda e oportunidades.

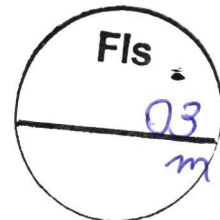
A proposta contemplada, ainda, a possibilidade de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como a promoção de atividades complementares, tais como feiras gastronômicas, oficinas, seminários, concursos culinários, circuitos temáticos, entre outras iniciativas que articulam cultura, educação, economia e inovação.

Dessa forma, o projeto alinha-se plenamente ao interesse público, promovendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento de setores estratégicos para o Município, especialmente no que tange à valorização cultural, ao turismo de experiência e ao protagonista local no cenário gastronômico nacional.

Pelo exposto, e considerando a relevância da matéria para a promoção da cultura, da economia e da identidade de Itapeva, solicito o apoio dos nobres Vereadores e Vereadoras para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Respeitosamente:





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

### PROJETO DE LEI 0152/2025

**Autoria: Júlio Ataíde**

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de São Paulo, **APROVA** o seguinte **PROJETO DE LEI**:

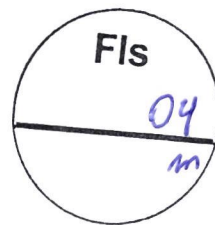
**Art. 1º** Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva, o Mês do Turismo Gastronômico, a ser comemorado anualmente no mês de abril.

**Art. 2º** Durante o Mês do Turismo Gastronômico, poderão ser realizadas ações com os seguintes objetivos:

- I- promover o turismo como vetor de desenvolvimento local;
- II- valorizar a cultura alimentar e as tradições culinárias do Município;
- III- incentivar a gastronomia como expressão da economia criativa e da identidade cultural regional;
- IV- apoiar empreendimentos locais ligados ao setor de alimentos e bebidas;
- V- fomentar a geração de emprego, renda e inovação no setor gastronômico e turístico;
- VI- fomentar a integração das áreas rurais e urbanas do município através do turismo.

**Art. 3º** As ações alusivas ao Mês do Turismo Gastronômico poderão ser realizadas em todo o território municipal, com preferência para a utilização de espaços como bares, restaurantes, praças, mercados, centros culturais e também nas zonas rurais, favorecendo a valorização da gastronomia e o encontro entre a cultura e o turismo.





## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal poderá promover, apoiar ou incentivar, direta ou indiretamente, a realização de atividades no referido período, em articulação com entidades públicas, privadas ou da sociedade civil, mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos legais.


**Art. 5º** As ações a serem realizadas durante o Mês do Turismo Gastronômico poderão compreender, dentre outras, as seguintes atividades:

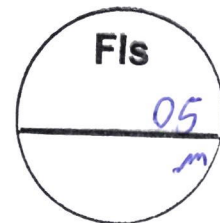
- I- festivais, feiras e mostras gastronômicas;
- II- oficinas, cursos e capacitações voltadas à culinária e à hospitalidade;
- III- concursos e premiações para receitas, chefs, estabelecimentos e produtos locais;
- IV- roteiros e circuitos gastronômicos temáticos, que integrem as zonas rurais;
- V- visitas técnicas e intercâmbios entre profissionais do setor;
- VI- seminários, palestras e fóruns de discussão sobre turismo e gastronomia;
- VII- campanhas publicitárias, ações de mídia e divulgação institucional, inclusive no ambiente digital.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 17 de setembro de 2025.

  
**JÚLIO ATAÍDE**  
VEREADOR - PL



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

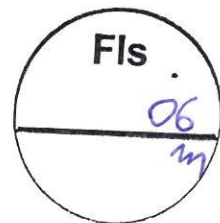
### **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que o Projeto de Lei nº **0152/2025** foi lido em plenário na **57ª** Sessão Ordinária Legislativa, realizada em **18/09/2025**.

O referido é verdade e dou fé.

Itapeva, 19 de setembro de 2025.

**Marli Cristina Veiga dos Santos**  
**Chefe da Secretaria Administrativa**



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

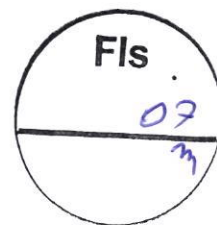
Secretaria Administrativa

Nos termos do art. 23, inciso II, alínea "a" da Resolução nº 12/92 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapeva, determino a distribuição do processo legislativo referente ao Projeto de Lei 152/2025 às seguintes Comissões Permanentes da Casa:

- (☒) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Participativa;
- ( ) Comissão de Economia, Fiscalização e Execução Orçamentária;
- ( ) Comissão de Obras Serviços Públicos e Atividades privadas e Desenvolvimento Urbano;
- (☒) Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte;
- ( ) Comissão de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos;
- ( ) Comissão de Agricultura e Abastecimento;
- ( ) Comissão de Direitos Difusos e Coletivos e Proteção Animal.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, Sala de Reuniões, 19 de setembro de 2025.

**MARINHO NISHIYAMA**  
**Presidente da Câmara**



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Departamento Jurídico

### Parecer nº 221/2025

**Referência:** Projeto de Lei nº 152/2025 – “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.”

Autoria: Vereador Júlio Ataíde – PL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se de projeto de lei por meio do qual pretende o nobre Edil instituir no calendário oficial do município o mês do turismo gastronômico, a ser comemorado anualmente no mês de abril.

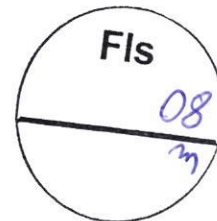
Segundo a mensagem, o projeto busca promover a valorização da cultura alimentar local, o fortalecimento da identidade cultural do Município de Itapeva, bem como fomentar o turismo regional e o empreendedorismo, especialmente no setor de alimentos e bebidas.

O projeto ainda prevê a possibilidade de o Poder Executivo, direta ou indiretamente, apoiar a realização de atividades culturais, oficinas, feiras, roteiros temáticos, concursos, seminários e demais ações voltadas ao fortalecimento da gastronomia local.

Protocolado na secretaria desta Edilidade, a propositura foi lida em Plenário e distribuída às Comissões Permanentes na forma regimental. Posteriormente foi encaminhada a este departamento para emissão de parecer jurídico que possa orientar os membros da Comissão de Legislação, Justiça, Redação e Legislação Participativa na apreciação de seus aspectos constitucionais e legais.

É o breve relato.





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Departamento Jurídico

### 1. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E DA MATÉRIA.

Nos termos dos incisos I e II do artigo 30 da Constituição Federal<sup>1</sup>, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Hely Lopes Meirelles<sup>2</sup> assim conceitua interesse local:

O que define e caracteriza o "interesse local", inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União. (...) O entrelaçamento dos interesses dos Municípios com os interesses dos Estados, e com os interesses da Nação, decorre da natureza mesma das coisas. O que os diferencia é a predominância, e não a exclusividade. (...) podemos dizer que tudo quanto repercutir direta e imediatamente na vida municipal é de interesse peculiar do Município, embora possa interessar também, indireta e mediamente, ao Estado-membro e à União.

Na mesma linha, sobre a competência legislativa suplementar dos Municípios, Alexandre de Moraes<sup>3</sup> esclarece:

(...) a Constituição Federal prevê a chamada competência suplementar dos municípios consistente na autorização de regulamentar as normas legislativas federais ou estaduais, para ajustar sua execução a peculiaridades locais, sempre em concordância com aquelas e desde que presente o requisito primordial de fixação de competência desse ente federativo: interesse local.

A competência municipal, portanto, reside no direito subjetivo público que tem o município de tomar toda e qualquer providência em assuntos de seu peculiar interesse, legislando, administrando, tributando, fiscalizando, sempre nos limites ou parâmetros fixados pela Constituição da República e pela Constituição Estadual.

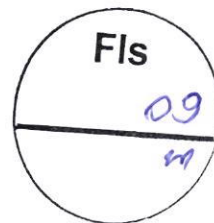
O presente projeto trata da inclusão de um evento no calendário oficial

<sup>1</sup> Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 111-112;

<sup>3</sup> Constituição do Brasil Interpretada. São Paulo, Atlas, 2002, p. 743;





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Departamento Jurídico

do Município, matéria tipicamente afeta ao interesse local, pois envolve ações de fomento à cultura, ao turismo e à economia criativa, áreas cuja regulamentação e promoção se inserem no âmbito da autonomia municipal.

Quanto ao mérito, a iniciativa é compatível com os dispositivos constitucionais que tratam da promoção da cultura e do turismo como dever do Estado. Nesse sentido prevê a Constituição Federal:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

E ainda:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à **cultura**, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

Assim, a matéria veiculada no projeto em questão harmoniza-se com as diretrizes constitucionais relacionadas ao tema, de modo que, quanto à competência material, nada obsta sua regular tramitação.

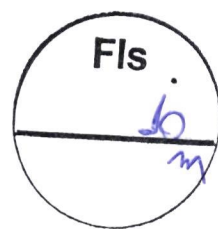
## 2. DA INICIATIVA LEGISLATIVA.

Sobre a iniciativa legislativa, importa dizer que a Lei Orgânica do Município reproduz as matérias sujeitas à iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo contidas no artigo 61, § 1º da Constituição Federal e elencadas nos artigos 24, § 2º da Constituição Bandeirante, preceitos normativos que, por simetria, aplicam-se aos Municípios, por imposição da norma do artigo 144 da mesma Carta Paulista.

Conforme o artigo 40 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 40. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos Projetos de Lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

**Departamento Jurídico**

- II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
- III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos Servidores
- IV - organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;
- V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal.

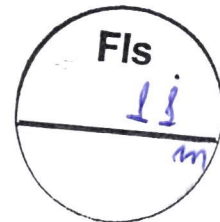
Segundo entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca” (ADI-MC 724/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 27/04/2011).

Ademais, de acordo com julgamento do C. Supremo Tribunal Federal, “Tema 917” (ARE 878.911/RJ), sedimentou-se entendimento de que há vício de iniciativa de Lei em decorrência de interferência entre Poderes, na hipótese de propositura por parlamentar local, quando a norma tratar (i) da estrutura ou atribuição de órgãos do Executivo, ou ainda, (ii) dispuser sobre o regime jurídico dos servidores públicos.

Da análise do tema, constata-se que a fixação de data comemorativa no calendário oficial não se amolda a nenhuma das matérias constantes do rol do artigo 40 da Lei Orgânica, tampouco nos artigos 24, § 2º, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da Constituição Estadual e artigo 61, § 1º da Constituição Federal, bem como não viola o princípio da reserva da administração, que visa impedir “...a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo.”<sup>4</sup>

Sob tal contexto, evidencia-se que o tema do projeto analisado não versa sobre as hipóteses constitucionalmente asseguradas à iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, posto que se destina a fixar de modo amplo e geral uma semana de promoção a cultura e turismo.

<sup>4</sup> ADI nº 2364 j. de 17.10.18 Rel. Min. CELSO DE MELLO DJE de 07.03.19, RE nº 427.574-ED j. de 13.12.11 Rel. Min. CELSO DE MELLO DJE de 13.02.12 e ADI nº 3.343 j. de 01.09.11 Plenário Rel. p/ o Ac. Min. LUIZ FUX DJE de 22.11.11, dentre outros no mesmo sentido.



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380


**Departamento Jurídico**

### **3. DA CONCLUSÃO.**

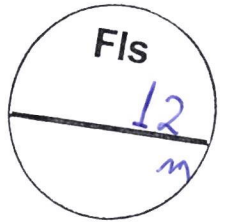
Isto posto, conclui-se que o projeto não apresenta vícios de competência, tampouco a matéria se insere no rol de iniciativa privativa do Poder Executivo, razão pela qual opina-se pela emissão de parecer favorável pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Legislação Participativa, cabendo aos nobres edis a discussão política sobre o tema.

É o parecer, sob censura.

Itapeva, 06 de outubro de 2025.

  
Marina Fogaça Rodrigues  
OAB/SP 303365  
Procuradora Jurídica





## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

### **PARECER COMISSÃO LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 00168/2025**

**Propositura:** PROJETO DE LEI Nº 152/2025

**Ementa:** Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.

**Autor:** Julio Cesar Costa Almeida

**Relator:** Áurea Aparecida Rosa

### **PARECER**

1. Vistos;
2. Nada temos a opor quanto ao prosseguimento da propositura em questão;
3. Encaminhe-se para a Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte para apreciação.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, Sala de Reuniões, 7 de outubro de 2025.

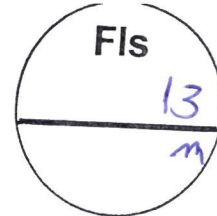
  
**RONALDO PINHEIRO**  
PRESIDENTE

  
**VALDIMEIA PEREIRA DOS SANTOS**  
VICE-PRESIDENTE

  
**ÁUREA APARECIDA ROSA**  
MEMBRO

  
**GLEYCE DORNELAS DE ALMEIDA**  
MEMBRO

  
**JULIO CESAR COSTA ALMEIDA**  
MEMBRO



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

### **PARECER COMISSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE Nº 00020/2025**

**Propositura:** PROJETO DE LEI Nº 152/2025

**Ementa:** Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.

**Autor:** Julio Cesar Costa Almeida

**Relator:** Valdimeia Pereira dos Santos

### **PARECER**

1. Vistos;
2. Nada temos a opor quanto ao prosseguimento da propositura em questão;
3. Encaminhe-se ao Plenário para apreciação.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, Sala de Reuniões, 21 de outubro de 2025.

  
**PAULO ROBERTO TARZÃ DOS SANTOS**  
PRESIDENTE

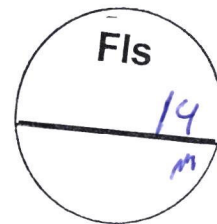
  
**VALDIMEIA PEREIRA DOS SANTOS**  
VICE-PRESIDENTE

**AUSENTE**  
**THIAGO RODRIGUES DE O. ARAUJO**  
MEMBRO

  
**MARCELO RABELO DE CARVALHO POLI**  
MEMBRO

  
**VANDERLEI BUENO PACHECO**  
MEMBRO





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

### **AUTÓGRAFO 128/2025** **PROJETO DE LEI 0152/2025**

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.

**Art. 1º** Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva, o Mês do Turismo Gastronômico, a ser comemorado anualmente no mês de abril.

**Art. 2º** Durante o Mês do Turismo Gastronômico, poderão ser realizadas ações com os seguintes objetivos:

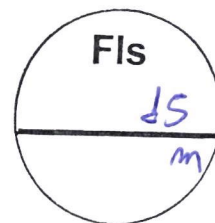
- I- promover o turismo como vetor de desenvolvimento local;
- II- valorizar a cultura alimentar e as tradições culinárias do Município;
- III- incentivar a gastronomia como expressão da economia criativa e da identidade cultural regional;
- IV- apoiar empreendimentos locais ligados ao setor de alimentos e bebidas;
- V- fomentar a geração de emprego, renda e inovação no setor gastronômico e turístico;
- VI- fomentar a integração das áreas rurais e urbanas do município através do turismo.

**Art. 3º** As ações alusivas ao Mês do Turismo Gastronômico poderão ser realizadas em todo o território municipal, com preferência para a utilização de espaços como bares, restaurantes, praças, mercados, centros culturais e também nas zonas rurais, favorecendo a valorização da gastronomia e o encontro entre a cultura e o turismo.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal poderá promover, apoiar ou incentivar, direta ou indiretamente, a realização de atividades no referido período, em articulação com entidades públicas, privadas ou da sociedade civil, mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos legais.

**Art. 5º** As ações a serem realizadas durante o Mês do Turismo Gastronômico poderão compreender, dentre outras, as seguintes atividades:

- I- festivais, feiras e mostras gastronômicas;



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

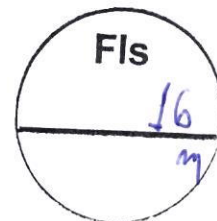
- II- oficinas, cursos e capacitações voltadas à culinária e à hospitalidade;
- III- concursos e premiações para receitas, chefs, estabelecimentos e produtos locais;
- IV- roteiros e circuitos gastronômicos temáticos, que integrem as zonas rurais;
- V- visitas técnicas e intercâmbios entre profissionais do setor;
- VI- seminários, palestras e fóruns de discussão sobre turismo e gastronomia;
- VII- campanhas publicitárias, ações de mídia e divulgação institucional, inclusive no ambiente digital.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 03 de novembro de 2025.

**MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA**  
PRESIDENTE



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

**OFÍCIO 387/2025**

Itapeva, 4 de novembro de 2025.

Prezada Senhora:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria os autógrafos aprovados na 69ª Sessão Ordinária desta Casa de Leis.

Autógrafo	Projeto de Lei	Autor	Ementa
127/2025	147/2025	Dr. Marcelo Poli	Institui o Programa Municipal de Dignidade Íntima nas Escolas da Rede Pública de Ensino, com foco em ações educativas sobre higiene íntima, dignidade menstrual, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência.
128/2025	152/2025	Júlio Ataíde	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.
129/2025	160/2025	Adriana Duch Machado	Altera a lei nº 2.753 de 06 de maio de 2008 que cria o conselho municipal de defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e turístico de Itapeva (COMDEPHAAT) e dá outras providências.

Sem outro particular para o momento, subscrevo-me, renovando protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA

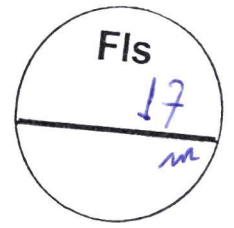
**CÓPIA**

Ilma. Senhora  
Adriana Duch Machado  
DD. Prefeita  
Prefeitura Municipal de Itapeva

Prefeitura Municipal de Itapeva-SP GABINETE DA PREFEITA Recebi nesta data  05 NOV. 2025  LO H 45 Min
--

Anna Beatriz Negucira  
Oficial Administrativo





## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Secretaria Administrativa

---

### **CERTIDÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO**

**ROGERIO APARECIDO DE ALMEIDA**, Oficial Administrativo da Câmara Municipal de Itapeva, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

CERTIFICA, para os devidos fins, que o **Projeto de Lei nº 152/2025**, que "*Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.*", foi aprovado em 1ª votação na 67ª Sessão Ordinária, realizada no dia 23 de outubro de 2025, e, em 2ª votação na 69ª Sessão Ordinária, realizada no dia 3 de novembro de 2025.

Por ser verdade, firma a presente.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 24 de novembro de 2025.

**ROGERIO APARECIDO DE ALMEIDA**  
Oficial Administrativo

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****LEI N.º 5.340, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025**

***INSTITUI** o Programa Municipal de Dignidade Íntima nas Escolas da Rede Pública de Ensino, com foco em ações educativas sobre higiene íntima, dignidade menstrual, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, Estado de São Paulo, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Itapeva, o Programa Municipal de Dignidade Íntima, com ações voltadas à promoção da saúde íntima, dignidade menstrual e à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e da gravidez na adolescência, direcionado aos estudantes do Ensino Fundamental II das escolas da rede pública municipal.

**Art. 2º** O Programa tem como objetivos:

I - promover a educação em saúde íntima, com foco na higiene pessoal, autocuidado e respeito ao próprio corpo;

II - VETADO;

III - informar e conscientizar adolescentes sobre prevenção de ISTs, incluindo HIV, HPV, sífilis e outras doenças;

IV - orientar sobre métodos de prevenção da gravidez na adolescência e incentivar o diálogo saudável sobre sexualidade nas escolas;

V - contribuir para o desenvolvimento da autoestima, do respeito próprio e da dignidade dos estudantes.

**Art. 3º** O Programa será desenvolvido por meio de:

I - palestras e oficinas com profissionais de saúde, educação e assistência social;

II - VETADO;

III - VETADO;

IV - formação continuada para professores e agentes escolares sobre os temas do programa;

V - quaisquer outras ações de âmbito educacional ou assistencial que garantam o direito à Dignidade Íntima.

**Art. 4º** Para viabilizar as ações objetivos previstos nesta Lei, poderão ser firmadas parceiras com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino, inclusive privadas.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cícero Marques, 28 de novembro de 2025.

**ADRIANA DUCH MACHADO**

**Prefeita Municipal**

**VICTOR RONCON DE MELO**

**Procurador-Geral do Município**

**LEI N.º 5.341, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025**

***INCLUI** no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva/SP, o Mês do Turismo Gastronômico.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, Estado de São Paulo, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Itapeva, o Mês do Turismo Gastronômico, a ser comemorado anualmente no mês de abril.

**Art. 2º** Durante o Mês do Turismo Gastronômico, poderão ser realizadas ações com os seguintes objetivos:

I - promover o turismo como vetor de desenvolvimento local;

II - valorizar a cultura alimentar e as tradições culinárias do Município;

III - incentivar a gastronomia como expressão da economia criativa e da identidade cultural regional;

IV - apoiar empreendimentos locais ligados ao setor de alimentos e bebidas;

V - fomentar a geração de emprego, renda e inovação no setor gastronômico e turístico;

VI - fomentar a integração das áreas rurais e urbanas do município através do turismo.

**Art. 3º** As ações alusivas ao Mês do Turismo Gastronômico poderão ser realizadas em todo o território municipal, com preferência para a utilização de espaços como bares, restaurantes, praças, mercados, centros culturais e também nas zonas rurais, favorecendo a valorização da gastronomia e o encontro entre a cultura e o turismo.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal poderá promover, apoiar ou incentivar, direta ou indiretamente, a realização de atividades no referido período, em articulação com entidades públicas, privadas ou da sociedade civil, mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos legais.

**Art. 5º** As ações a serem realizadas durante o Mês do Turismo Gastronômico poderão compreender, dentre outras, as seguintes atividades:

I - festivais, feiras e mostras gastronômicas;

II - oficinas, cursos e capacitações voltadas à culinária e à hospitalidade;

III - concursos e premiações para receitas, chefs, estabelecimentos e produtos locais;

IV - roteiros e circuitos gastronômicos temáticos, que integrem as zonas rurais;

V - visitas técnicas e intercâmbios entre profissionais do setor;

VI - seminários, palestras e fóruns de discussão sobre turismo e gastronomia;

VII - campanhas publicitárias, ações de mídia e divulgação institucional, inclusive no ambiente digital.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cícero Marques, 28 de novembro de 2025.